

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO PARAÍBA

DOC:ATO NUM:065 ANO:2018 DATA:08-03-2018

ATO

DISPONIBILIZADO: DA_e DATA:09-03-2018 PG:00

Nota: Revogado através do ATO TRT GP Nº193/2018

ATO TRT GP N. 065/2018

João Pessoa, 08 de março de 2018.

~~O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, regimentais,~~

~~CONSIDERANDO as alterações implementadas pela Lei n.º 13.467/2017 no artigo 790-B da CLT,~~

~~RESOLVE:~~

~~Art. 1º Regulamentar, na forma deste ATO, o pagamento dos honorários periciais pela União no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.~~

~~Art. 2º O pagamento de honorários periciais pela União, com recursos da dotação orçamentária do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (rubrica "Assistência Judiciária a Pessoas Carentes), será autorizado quando a parte, beneficiária da justiça gratuita, for sucumbente na pretensão objeto da perícia e não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa, ainda que em outro processo, em conformidade com o disposto na CLT, artigo 790-B, na Resolução nº 66/2010 do CSJT e nas demais orientações constantes neste capítulo.~~

~~§ 1º. Ressalvada a hipótese de antecipação dos honorários (art. 4º), o pagamento dos honorários periciais pressupõe sucumbência no objeto da perícia, materializada em decisão transitada em julgado que expressamente rejeita a pretensão respectiva, vedado o pagamento nas hipóteses em que não há solução de controvérsia, a exemplo do que ocorre no âmbito da produção antecipada da prova (art. 381 do CPC).~~

~~§ 2º. A existência de créditos capazes de suportar a despesa, no todo ou em parte, será aferida pelo juízo no âmbito da 13ª Região, após o trânsito em julgado da decisão que fixou os honorários periciais.~~

~~§ 3º. Considera-se crédito obtido em outro processo capaz de suportar a despesa, no todo ou em parte, aquele constituído em título executivo de caráter definitivo.~~

~~§ 4º. Caberá ao juízo certificar a inexistência de crédito em outro processo no âmbito da 13ª Região, facultando à parte interessada a possibilidade de indicar créditos, de caráter definitivo, constituídos no âmbito de outras Regiões ou ramos do Poder~~

Judiciário.

~~§ 5º. As requisições serão encaminhadas ao Presidente do Tribunal mediante o preenchimento de formulário específico no sistema de requisição de pagamento de honorários periciais, contendo todas as informações necessárias.~~

~~Art. 3º Nas ações de indenização por acidente de trabalho ou quando houver pedido de adicional de insalubridade ou de periculosidade, o juiz deverá, antes de determinar a realização da perícia, observar a possibilidade de utilização de prova emprestada, notificando as partes para se manifestarem a esse respeito e fornecerem os elementos necessários para isso, a exemplo da juntada de laudo produzido em circunstâncias e período similares na empresa ou da indicação de outro processo que tenha tramitado neste Regional e do qual possam ser extraídas, sob sua responsabilidade (a seu encargo), tais peças.~~

~~Art. 4º Determinada a realização de perícia, os honorários poderão ter seu pagamento parcialmente antecipado pela União, para custear despesas iniciais do perito, observado o limite de R\$ 500,00 (quinhentos reais), cabendo ao juiz encaminhar requisição ao Presidente do Tribunal com as informações necessárias para o pagamento.~~

~~§ 1º. Quando a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia não for a beneficiária da justiça gratuita, deverá ressarcir o erário do valor antecipado, mediante seu recolhimento em GRU – Guia de Recolhimento da União, em código destinado ao fundo de “assistência judiciária a pessoas carentes”, sob pena de execução específica da verba.~~

~~§ 2º. Quando a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia for a beneficiária da justiça gratuita, mas tiver obtido crédito capaz de suportar a despesa, na mesma ou em outra ação trabalhista, deverá ressarcir o erário do valor antecipado, no todo ou em parte, mediante desconto no seu crédito, a ser procedido de ofício, para recolhimento em GRU – Guia de Recolhimento da União, em código destinado ao fundo de “assistência judiciária a pessoas carentes”.~~

~~§ 3º. Quando houver acordo no curso da ação trabalhista, após a realização da perícia e antes da prolação da sentença, o ressarcimento ao erário do valor antecipado caberá em partes iguais aos litigantes, se de outra forma não for convencionado, procedendo-se ao recolhimento em GRU – Guia de Recolhimento da União, em código destinado ao fundo de “assistência judiciária a pessoas carentes”.~~

~~Art. 5º O valor total dos honorários observará o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), sendo registrados, obrigatoriamente, os critérios adotados pelo magistrado para sua fixação, considerando o grau de dificuldade da perícia, a complexidade da matéria, o zelo profissional, o lugar, o tempo despendido para a realização do serviço e as peculiaridades regionais.~~

~~Parágrafo único. A fixação dos honorários periciais, em valor maior do que o limite estabelecido neste artigo, deverá ser devidamente fundamentada, com explicitação das razões e dos motivos da decisão no caso concreto, sob pena de o pagamento ser limitado ao valor informado no caput.~~

~~Art. 6º O pagamento final dos honorários será realizado após o trânsito em julgado da decisão que rejeitou a pretensão objeto da perícia, observando-se o mesmo procedimento indicado no art. 5º, caput, sendo informada a eventual ocorrência de antecipação do valor arbitrado pelo juiz, para que seja realizada a devida dedução.~~

~~§ 1º. O valor dos honorários será atualizado pelo IPCA-E ou outro índice que o substitua, a partir da data do arbitramento até o seu efetivo pagamento.~~

~~§ 2º. Quando a antecipação dos honorários houver sido efetuada pela parte ré e esta não for sucumbente no objeto da perícia, deve o juiz informar o valor antecipado na requisição ao Presidente do Tribunal, para que seja realizada a dedução quando do pagamento do saldo remanescente ao perito, e a posterior restituição.~~

~~Art. 7º O Presidente do Tribunal encaminhará a requisição à Secretaria de Planejamento e Finanças — SPF, que, observada a disponibilidade orçamentária de Regional e a ordem cronológica de apresentação das requisições, depositará o valor dos honorários na conta corrente do profissional, deduzido o valor eventualmente antecipado, e o do recolhimento previdenciário e fiscal, quando couber.~~

~~§ 1º. A Secretaria de Planejamento e Finanças — SPF disponibilizará ao juízo o valor eventualmente antecipado pela parte ré, para seu ressarcimento.~~

~~§ 2º. Efetuado o pagamento do perito e disponibilizado o valor eventualmente antecipado pela parte ré, o fato será comunicado à unidade onde tramita o processo, para notificação aos interessados.~~

~~§ 3º. Inexistindo disponibilidade orçamentária, as requisições serão atendidas no exercício financeiro subsequente.~~

~~Art. 8º Este ATO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.~~

~~Dê-se ciência.~~

~~Publique-se no DA_e.~~

EDUARDO SERGIO DE ALMEIDA
Desembargador Presidente